



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA LOCAL
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL:
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

HADASSA ARAÚJO COSTA

**NUANCES DE UMA PEDAGOGIA URBANA NOS PERIÓDICOS ESCOLARES DE
CAMPINA GRANDE (1920-1936)**

**CAMPINA GRANDE/PB
2022**

HADASSA ARAÚJO COSTA

**NUANCES DE UMA PEDAGOGIA URBANA NOS PERIÓDICOS ESCOLARES DE
CAMPINA GRANDE (1920-1936)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação da Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

Linha de Pesquisa: História, Educação e produção de sentidos

Orientador: Prof. Me. Thiago Acácio Raposo.

CAMPINA GRANDE/PB
2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837n Costa, Hadassa Araújo.
Nuances de uma pedagogia urbana nos periódicos escolares de Campina Grande (1920-1936) [manuscrito] / Hadassa Araújo Costa. - 2022.
37 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.

"Orientação : Prof. Me. Thiago Acácio Raposo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa."

1. Periódicos escolares. 2. Pedagogia da cidade. 3. Instituições escolares. 4. Espaço urbano. I. Título

21. ed. CDD 370

HADASSA ARAÚJO COSTA

NUANCES DE UMA PEDAGOGIA URBANA NOS PERIÓDICOS ESCOLARES DE
CAMPINA GRANDE (1920-1936)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação da Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

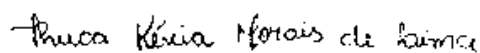
Linha de Pesquisa: História, Educação e produção de sentidos

Aprovada em: 21/10/2022.

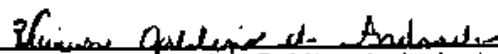
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Thiago Acácio Raposo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Thuca Kércia Moraes de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Primeira página de <i>O Clarão</i> (1922).....	16
Figura 2 –	Capa do primeiro número da <i>Revista Evolução</i> (1931).....	18
Figura 3 –	Página da <i>Revista Evolução</i> (1932).....	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Um caminho pela análise do discurso: metodologia.....	9
1.2	Pedagogias de Campina Grande: apresentação do objeto.....	11
1.3	Periódicos escolares: as fontes.....	13
2	<i>PERSONA INSTITUCIONAL</i> : ENTRE IDENTIDADE(S) E NARRATIVAS.	14
3	CARTOGRAFIAS DE UMA PEDAGOGIA.....	22
3.1	Da escola ao lar.....	22
3.2	Da escola à cidade.....	27
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	33

NUANCES DE UMA PEDAGOGIA URBANA NOS PERIÓDICOS ESCOLARES DE CAMPINA GRANDE (1920-1936)

SHADES OF AN URBAN PEDAGOGY IN THE SCHOOL PERIODICALS OF CAMPINA GRANDE (1920-1936)

Hadassa Araújo Costa*

RESUMO

Quando a cultura impressa era o principal mecanismo de informação em Campina Grande, ter a autoria de uma publicação era como exercer uma voz com maior proeminência no contexto citadino. Entre 1920 e 1936 duas grandes instituições escolares da cidade, o Instituto Olavo Bilac e o Instituto Pedagógico, posicionaram-se nesse sentido, publicando seus próprios periódicos cuja autoria envolvia toda a sua *persona institucional*. Propomos uma análise embasada no conceito de Pedagogia da Cidade, aproximando-se de Michel de Certeau e da ideia de espaço praticado, como também do método da Análise do Discurso de Michel Foucault para interpretação e leitura das fontes, das quais as principais são: *O Clarão* (1922-1923), a *Revista Evolução* (1931) e o *Evolução-Jornal* (1934-1936), todos periódicos das escolas acima citadas. Esta análise foi feita a fim de perceber como estes visavam influenciar para além da cultura interna das instituições que lhe eram autoras, apresentando em seu conteúdo falas de teor pedagógico abrangente para o comportamento tanto dos alunos para além da escola, dos pais e dos demais habitantes do espaço urbano.

Palavras-chave: Periódicos escolares; Pedagogia da cidade; Instituições escolares; Espaço urbano.

* Possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2016) e mestrado em História, na linha de História Cultural das Práticas Educativas, pela mesma instituição (2019).

ABSTRACT

When print culture was the main information mechanism in Campina Grande, having the authorship of a publication was like exercising a voice with greater prominence in that context. Between 1920 and 1936 two school institutions in the city, the Instituto Olavo Bilac and the Instituto Pedagógico, positioned themselves in this direction, publishing their own periodicals whose authorship involved their entire institutional persona. We propose an analysis based on the concept of Pedagogy of the City, approaching Michel de Certeau and the idea of practiced space, as well as Michel Foucault's Discourse Analysis method for interpreting and reading the sources, of which the main ones are: O Clarão (1922-1923), Revista Evolução (1931) and Evolução-Jornal (1934-1936), all periodicals from the mentioned schools. This analysis was carried out in order to understand how they aimed to influence beyond the internal culture of the institutions that wrote them, presenting in their content pedagogical speeches for the behavior of students beyond the school, parents and other inhabitants of urban space.

Keywords: School Periodicals; City Pedagogy; School Institutions; Urban Space.

1 INTRODUÇÃO

Quando a década de 1920¹ despontou sobre Campina Grande trouxe consigo mudanças. Isso ocorreu tão logo o seu ambiente interiorano necessitasse de transformações para aderir às tecnologias, à moda, às comodidades e aos demais aspectos característicos dos padrões de vida urbana de então, baseados na experiência europeia. Algumas dessas referências do moderno chegaram com certo atraso em relação às cidades vizinhas, como é o caso da luz elétrica, que fora inaugurada no primeiro ano da década, não obstante demais centros urbanos do estado já terem aderido à tecnologia² (ALMEIDA, 1993).

A lista de novidades que adentraram na cidade continua: o primeiro Grupo Escolar, o Solon de Lucena, foi inaugurado em 1924 sob projeto do reconhecido arquiteto Hermenegildo di Lascio³; a partir de 1926 as ruas centrais ganharam calçamento; em 1927 lança-se a pedra fundamental do Hospital Pedro I no terreno doado por Clementino Procópio⁴ no bairro do São José e, além disso, houve uma tentativa de abastecimento de água feito no mesmo ano (a partir de Puxinanã). Pouco a pouco os *signos do moderno* ofereciam experiências novas e convinham no simulacro de cultura intelectual construído com base na mentalidade dos que consumiam a modernidade material propagada à esta altura por meios midiáticos e pelo entretenimento.

Segundo Aranha (2005) a experiência da modernidade deve ser vista de maneira própria na, então, região Norte do Brasil. Enquanto que nos grandes centros ela foi absorvida em maiores quantidades e expressada a este modo, nas cidades do Norte, como Campina Grande, essa experiência foi vivenciada à contagotas, pelo que o autor chama *signos do moderno*. Trata-se da introdução de objetos e mecanismos dessa cultura de forma espaçada e esporádica, oferecendo à população uma experiência limitada, embora bastante representativa.

Diante das demandas que traziam estas transformações, existia latente o que posso denominar como “desejo de modernidade”. Consumindo referências do cinema norte americano e europeu, bem como literatura, fotografias, periódicos, a camada mais abastada tentava reproduzir em seu cotidiano desde cortes de cabelo até comportamentos que deveriam compor a performance do novo sujeito cidadão.

Como detentora da autoria de grande parte da literatura periódica da época, bem como participante hegemônica das instâncias de poder público, convém

¹ O marco temporal foi estabelecido neste ano porque a partir dele compreendo uma estabilização em relação a cultura das escolas aqui trabalhadas, ambas fundadas nos últimos anos da década anterior como melhor explanado adiante.

² Elpídio de Almeida cita entre estas Mamanguape, Bananeiras, Areia, Itabaiana e Guarabira.

³ Arquiteto da Firma Cunha e Di Lascio, trabalhou em outras obras públicas durante o governo Camilo de Holanda (1916-1920) e Solon de Lucena (1920-1924), principalmente na capital onde estava sediada a firma. Tinha como característica principal o estilo Neoclássico, aderindo o Art Déco tardiamente (PEREIRA, 2008).

⁴ Definido por Hortensio Ribeiro como "um velho mestre escola que, provindo de outras terras, aqui chegara e aqui vivera em contato contínuo com as massas populares, ensinando sem descontinuar os filhos do povo a ler, escrever e contar" (RIBEIRO, 1979, p. 93), Clementino Gomes Procópio era natural de Bom Jardim, Pernambuco. Nasceu em 1855 e migrou para a Paraíba inicialmente se estabelecendo em Taperoá e lá fundando o Colégio São José em 1892 (ANUÁRIO, 1925). Teria vindo morar em Campina Grande depois de 1877 em razão da seca daquele ano, e aqui foi habilitado por concurso a assumir a cadeira pública, mantendo o seu educandário particular com mesmo nome. Atuou no magistério na cidade por mais de cinco décadas, tendo participação crucial na formação de inúmeros nomes de expressão local. Faleceu em 1935 causando grande comoção na cidade.

localizar esta elite intelectual num lugar de fala privilegiado, ao passo que também eram receptores de uma cultura própria (MICELI, 2001). Havia o fetiche pelo que vinha dos lugares mais desenvolvidos urbana e tecnologicamente, isso evocava os anseios de adequação que promoveram pouco a pouco as mudanças acima referidas.

Neste íterim as práticas que remetiam à vida simples da população mais pobre e iletrada, figuras comuns que iam ao oposto deste modelo progressista, eram oficialmente renegadas e condenadas, estabelecidas como contraponto à vivência pretendida. O analfabetismo torna-se tal qual uma patologia social: deve-se combater-la prioritariamente. Disseminam-se educandários, entre diferentes modelos de ensino que sirvam para tal finalidade durante o período que tangencia a década de 1920 até meados da reforma urbana da cidade que ocorre desde fins dos anos 1930 e se prolonga pela década de 1940.

O *Instituto Pedagógico* foi fundado em 1919 pelo tenente Alfredo Dantas⁵. O *Instituto Olavo Bilac*⁶ foi fundado por Mauro Luna na sede da Associação dos Empregados do Comércio em 1917. Estas duas escolas, cada uma com cultura própria, tem em comum o fato de terem sido autoras de periódicos institucionais que circularam intra e extramuros. É a partir do discurso destas que irei perceber a pedagogia que visava além do alunado das instituições, uma *pedagogia da cidade*.

1.1 Um caminho pela análise do discurso: metodologia

(...) Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, pp. 8-9).

Assim como compreendido por Foucault, o discurso é, senão, o produto final de um trabalho que inicia desde o âmago daquele que detém seu poder de autoria, de forma que seja lapidado neste processo ao qual o autor denomina exclusão e que se apoia em ações sistematizadas.

A primeira destas ações é a interdição. É um procedimento muito anterior à publicização do dito, estando sujeito ao contexto cultural do indivíduo, aos seus padrões de conduta e às limitações do que ele deve ou não verbalizar dependendo do ambiente em que esteja e a quem esteja se dirigindo.

Ainda dentro do sistema de exclusão está a rejeição. A segregação do discurso proferido pelo “louco” ou a identidade destoante do padrão comportamental ali constatado, que ora deve ser desconsiderada, ora temida. É precisamente pela falta de controle que os mecanismos de poder não detêm sobre essa identidade que sua fala se torna receada. Em se tratando de instituições pedagógicas há um critério ainda maior relacionado a necessidade de polidez comportamental dos indivíduos institucionalizados.

Por fim, Foucault nos fala da chamada “vontade da verdade”, processo pelo qual o discurso procura ser reconhecido e aderido estabelecendo uma oposição à mentira. Para ele, justamente este último sistema de exclusão,

⁵ Falarei melhor sobre quem foi Alfredo Dantas e Mauro Luna no tópico 2.

⁶ Expoente da literatura brasileira e imortal na Academia Brasileira de Letras, Olavo Bilac foi um dos mais famosos escritores de sua geração e ávido republicano. Viveu de 1865 a 1918, nasceu e morreu no Rio de Janeiro.

apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia (...). Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo como atribuído (FOUCAULT, 1999, p. 17).

O que conhecemos como produto final, portanto, é o resultado de uma longa introspecção, munida de procedimentos não perceptíveis e que tem um interesse meramente aparente. É senão o desejo de forjar uma construção identitária para si e reforçar a sua veracidade por meio de articulações discursivas carregadas de lisonjas. Esse entendimento define bem a articulação devida ao periodismo institucional.

Quando se trata de uma autoria coletiva (como das fontes aqui utilizadas) este processo se torna ainda mais perceptível como mais delicado. Aí entra a complexidade do conceito autor, nesse caso como uma rede articulada. Indivíduos das mais variadas ambientações convergindo ideologicamente pelo interesse maior da *persona institucional*. Alguém que existe na figura de uma cultura interna (sendo aqui compreendida a cultura escolar), implementada rigorosamente no seu cotidiano, almejando uma padronização de comportamentos, ou, como Foucault prefere chamar, uma docilização de corpos (FOUCAULT, 2014).

Em *A Ordem do Discurso* (1999) Foucault nos apresenta a autoria entendendo-a não como resultante de um só indivíduo, mas “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 1999, p. 26), assim também apresentando-o na palestra proferida e publicada *O que é um autor?* (1992). Esta última questão foi revisitada por Chartier que acrescenta sobre o pensamento foucaultiano:

Sua resposta, que considera o autor um dos dispositivos que visam controlar a perturbadora proliferação de discursos, não esgota, na minha opinião, a força heurística da pergunta. Ela nos obriga a resistir às tentações de considerar universais, implícita e inapropriadamente, categorias cuja formulação ou uso têm variado enormemente ao longo da história (CHARTIER, 2014, p. 32).

Não pode, de fato, ser generalizada a categoria autor. Não obstante todos os processos que lhe são implícitos, também existem as circunstâncias atribuídas à sua composição, fala, escrita, compilação, suporte e publicação. Quando se trata de periódicos é perceptível as inúmeras possibilidades de problemas que são iminentes e emergem sobre questões de identidade, multiplicidade, contradições, lapidações, e o que convém à uma conceituação de autoria mais ampla, de forma mais direta.

Utilizando como método a análise do discurso, mediante o que acima foi elucidado, nos convém perceber a problemática constituída sobre a dimensão “instituições autoras”. Os periódicos escolares, como idealizados e concebidos na mente dos gestores escolares cumpririam variadas funções que não só dar espaço de visibilidade ao seu corpo discente ou docente.

As duas instituições aqui trabalhadas e apresentadas na introdução deste texto, são privadas. Isso implica trazer para o nosso campo de análise a percepção dos seus periódicos como propagandas. Expor a produção intelectual de seus alunos e professores categoriza, além de uma conveniente culminância das atividades escolares, a feição ataviada necessária a uma vitrine. A cultura escolar de

cada uma, entre suas diferenças sutis e evidentes, ganha um endosso particular como sendo a convergência da autoria dos indivíduos institucionalizados.

É particularmente através de Dominique Julia que temos dimensão do que essa cultura representa, “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10, grifos do autor).

São, precisamente, essas normas transcritas nas práticas que aparecem como o elo que intermedia, equilibra e amarra a composição difusa dos textos de um periódico escolar. É desse modo que a escola se apresenta à cidade. Ela própria vivencia sua cultura, mas, através do discurso, apresenta-se tal qual a aparência que deseja projetar ao corpo urbano. É nesse movimento que ela não somente se apresenta, como também derrama indiscretamente a sua cultura, dizendo sobre como os demais indivíduos da urbe devem se portar.

1.2 Pedagogias de Campina Grande: apresentação do objeto

Uma cidade que conta em seu seio vários institutos de educação; um povo que todas as manhãs, ao mesmo passo que abre os seus estabelecimentos comerciais, vê passar os bandos garrulosos de crianças e jovens rumo as escolas; uma gente que marcha ao ritmo sincrônico e onimodo pelas vias do progresso, não pode ficar sem um draino coletor de ideias joeiradas no crivo de seus melhores expoentes do saber (sic)⁷ (A NOSSA, 1931, p. 9).

A justificativa dada pela *Revista Evolução* à sua circulação em âmbito municipal era clara. O cotidiano da cidade estava pulverizado pela presença das instituições educativas. O mínimo exemplo ofertado pelo excerto acima, dos alunos que transitavam aos seus respectivos estabelecimentos de ensino fardados todas as manhãs, metaforiza a dimensão mais ampla que as escolas abarcavam além muros.

Não somente as famílias sofriam a influência dos seus filhos escolarizados, a cidade permeava-se (ao menos na intenção do autor do trecho acima citado) pela atmosfera educativa oferecida nesses estabelecimentos tão logo obtivesse contato com os mesmos por meio da circulação daqueles que estavam sujeitos à sua cultura. O que se destaca ao olhar mais acurado é a importância que essa instituição dava à sua finalidade dentro do campo representativo no ambiente urbano, estendendo essa representatividade também aos demais educandários da cidade.

É justamente nesse campo representativo e discursivo que atua a pedagogia da cidade, compreendendo que “a cidade é investida de uma orientação pedagógica expressa em *modus vivendi* nas ritualizações e nas instituições. (...) A dinâmica urbana como um todo é educativa” (MEDEIROS NETA, 2011, p. 14). A dinamicidade expressa nas ruas, na pluralidade, entre os indivíduos, a arquitetura, o pouso nas praças, a circulação de novos veículos orientando um novo ritmo ao passeio. Assim os cidadãos eram instruídos sobre como deviam mover-se pelas ruas, sobre como deveriam construir e habitar suas casas, sobre a higiene imprescindível da qual necessitavam fazer uso no seu dia-a-dia.

⁷ Mantive intencionalmente a ortografia como redigida no original, sem adequações, ao longo de todo o artigo.

Várias linguagens comunicavam essa pedagogia: primeiro a subjetiva, sugerida pela citação da revista no início deste tópico, bem como por Medeiros Neta (2011), e também a objetiva que aqui me referi como sendo a cultura impressa cultivada pelas instituições urbanas (não limitando-se à escola, embora ela seja o meu foco aqui). Assim a *Revista Evolução*, citada acima, pertencente ao Instituto Pedagógico, não esconde o seu desejo de comunicar-se com a cidade como um todo, um corpo, desejando-lhe inculcar de sua cultura. É o que posso denominar, como um projeto pedagógico moderno que, cúmplice dos projetos dos urbanistas “planejam construir um ser humano do tipo ideal enquanto ser social civilizado” (VEIGA, 1994, p. 21).

Greive Veiga foi responsável pela maior visibilidade do conceito pedagogia da cidade no Brasil, por meio de sua tese *Cidadania e Educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX* (1994), compreendendo a movimentação educativa que ocorre no ambiente urbano, desde os projetos dos urbanistas aos recintos de poder político, influenciando a elaboração de leis e decretos. É por meio dela que embasa este conceito nos escritos ora apresentados.

A nível local, também sob perspectiva da pedagogia da cidade, produzi a dissertação de mestrado, sob título *Uma urbanidade em construção: pedagogias de Campina Grande nos tempos da Primeira República* (2019), operando em um recorte anterior e utilizando em sua maioria, fontes seculares, como os jornais noticiosos e festivos⁸.

Como um tema em ascensão na academia, sobretudo nas pós-graduações, a pedagogia da cidade enriquece a narrativa histórica a partir do momento em que une as vivências urbanas e os seus aspectos educativos perpassando a constante academicista de preferir trabalhar a prática pedagógica dentro do recorte territorial da escola. São ampliadas as possibilidades para a cartografia urbana, suas peculiaridades localizadas, a perspectiva da cidade como um organismo vivo que recepçiona os discursos de forma tão variada, como é habitada por uma pluralidade incontestante.

Em Michel de Certeau (2009) compreendo que a educação aplicada na cidade tem formas espontâneas de recepção, tendo em vista a diversidade dos sujeitos receptores. Uma das partes mais interessantes de se pensar os dispositivos de poder, apresentados por Foucault (1999), é visualizar a contrapartida a esta ideia de poder operante. Falo dos indivíduos que “constituem as mil práticas pelas quais (...) se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” (CERTEAU, 2009, p. 41) e perceber que há entre os dois pensamentos a quebra de um padrão analítico, compreendendo que a vivência cotidiana é espontânea e escapa, muitas vezes, de delimitações teóricas rígidas. A cidade é uma só, mas cada um a experimenta de forma singular, de modo que se torna múltipla e sujeita a diferentes percepções. Ela é, de fato, um lugar que, parafraseando Certeau, se torna espaço porque é praticado, constantemente e intensamente.

Pesavento (2012) considera que a História Cultural tornou a cidade, para além de *locus* (como é vista pelos marxistas no sentido de classes e modos de produção), como personagem. Desta forma, amplia-se o campo para o que a autora chama de imaginário urbano, implicando este no resgatar de discursos e imagens representantes da urbe e incidentes sobre os seus espaços, atores e práticas sociais.

⁸ Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/6797>>.

O discurso de modernidade, tão presente nesse período de intensas reformas estruturas e infraestruturais urbanas (entre os grandes modelos europeus e os seus simulacros mundo afora), dentro do âmbito pedagógico também abrangia outras instituições cidadinas como as de cunho político. Considero que ele “pretendeu criar novos comportamentos e sentimentos diante da escola” (NUNES, 1994, p.196), implicando a importante simbologia que essa instituição possuía. Se tal discurso estava dentro das escolas, assim serão notados em seus periódicos.

1.3 Periódicos escolares: as fontes

Em 1922, O *Clarão* emite seu primeiro número encabeçado pelo seguinte texto: “Esta folha será publicada anualmente. Tem ela por objetivo difundir o gosto pelo estudo entre os alunos do Instituto Olavo Bilac.” (O CLARÃO, 1922, p. 1). Ostentando em sua capa uma fotografia de seu fundador, o professor e poeta Mauro Luna⁹, o jornal trazia textos escritos pelos seus docentes e discentes. O periódico O *Clarão* tem apenas duas publicações acessíveis¹⁰ (seu segundo número veio em 1923) sendo o que posso chamar de uma das mais antigas publicações de cunho institucional pedagógico remanescentes da cidade.

Publicado ao fim do ano letivo, o jornal trazia em seu conteúdo os resultados dos exames finais, menção sobre eventos e comemorações da instituição, apelos para a difusão de práticas alfabetizadoras e relatos dos alunos como também discursos destes, de preferência contendo largos elogios á pessoa de seu fundador. Tudo isso é destrinchado ao longo de dez páginas disponíveis (seis da primeira edição e quatro da segunda), como produto final do processo da produção de um discurso interdito pela vontade da verdade, trazendo a coerência devida à cultura da escola.

Desse modo, o jornal é também uma publicidade, direta e indiretamente. Quando no final de cada publicação é estampado o clichê¹¹ com o regulamento da escola, enfatizando aspectos minuciosos do seu funcionamento, crença, valores de mensalidades, quando a publicação afirma que “reputando de vantagem para o (sic.) ordem do collegio, resolveu o seu director não dar recreio, onde, quasi sempre, se registram incidentes desagradaveis e que escapam a toda vigilância” (O CLARÃO, 1922, p. 6) deixando ecoar as particularidades de sua cultura interna, é aí que a publicidade é explicitamente realizada, embora esteja incutida ao longo dos textos da publicação. Analisei assim, esse jornal como único, envolto em tudo o que lhe torna peculiar e o diferencia das publicações seculares de então. É, portanto, uma fonte importante para se perceber a aplicação da pedagogia da cidade no período.

Em se tratando deste tipo de publicação, o Instituto Pedagógico, fundado por Alfredo Dantas em 1919, somente veio ter um periódico em 1931. Possuindo nove números publicados a *Revista Evolução* tem vasto acervo fotográfico em decorrência de uma melhor qualidade editorial e de seu suporte diferenciado dos demais periódicos da cidade. Incorporando elementos estéticos de outras revistas que circularam em território campinense, como a *Era Nova* publicada na capital,

⁹ A capa será melhor comentada no tópico 2, contendo a referida imagem para ilustrar.

¹⁰ Diante disso, e da ausência de menção a este periódico em outras fontes, não posso dar um número exato de publicações do mesmo.

¹¹ Na linguagem jornalística clichê é a placa de metal com texto em relevo utilizada na imprensa tipográfica para, molhada com tinta, compor a diagramação de uma página completa.

dispunha de uma média de 32 a 36 páginas por edição, a exceção da última publicação que, unindo dois números, teve ao todo 52 páginas (contando as capas).

Assim como *O Clarão*, a *Revista Evolução*¹², que denomina-se como “mensario pedagógico, literário, noticioso e de interesses gerais, especialmente os da instrução”, traz diluída nos textos de autoria dos alunos, professores e convidados selecionados a dedo, a propaganda de sua cultura institucional, ora aproximando-se ora afastando-se das outras instituições da cidade, dado o seu protagonismo na inserção de práticas como a defesa do ensino laico, união de ambos os sexos em sala de aula e, somado ao desenvolvimento intelectual do aluno, a cultura física com ênfase na ginástica e práticas afins.

O *Evolução-Jornal*, cujo primeiro número foi publicado em 17 de junho de 1934, trazia proposta semelhante à revista homônima, sendo posterior a ela e de produção mais econômica. Assim, conseguiu manter-se por mais tempo, cerca de dois anos¹³, transitando entre textos de teor institucional e seculares, unindo crônicas, poesias, informativos, motes cômicos, sendo mais informal que a mencionada revista.

Nestes impressos (dos quais opto por transcrever alguns trechos de forma literal e sem adaptação para o uso atual da língua) podemos ver traços de continuidade com relação a cultura escolar republicana em Campina Grande, e através dos seus discursos é possível perceber as manifestações das crenças que, junto com a ideologia política republicanista, traziam noções amplas de educação, higienização e projetos de uma nova experiência urbana.

2 PERSONA INSTITUCIONAL: ENTRE IDENTIDADE(S) E NARRATIVAS

As nossas homenagens de hoje visam o professor infatigável, que possui a par de uma cultura regularíssima, a faculdade rara de saber transmitir os seus conhecimentos, ao espírito dos alunos (O CLARÃO, 1922, p.1).

Era tardio o século XIX quando nasceu Mauro da Cunha Luna, em 1897. Cresceu como um típico produto da elite política local, filho de Baltazar de Almeida Luna¹⁴ (comerciante e político liberal) e Maria Santana da Cunha (ACADEMIA..., S/A). Diante do cenário privilegiado de seu nascimento, destrinchou a sua carreira como intelectual “escrevendo com rara facilidade” e colaborando “em todos os jornais que apareceram em Campina Grande depois de 1912” (ALMEIDA, 1993, p. 320).

¹² Da mesma gráfica onde eram emitidos os números da *Revista* e do *Jornal Evolução*, também era publicado o jornal *Comércio de Campina*, que circulou no mesmo período estendendo-se por anos a fio, que tinha foco principal nas atividades econômicas da cidade, conversando à época com o curso de formação em contabilidade que funcionava no Instituto Pedagógico.

¹³ Importante frisar que esta publicação é suspensa em 1936, mas retorna nas décadas posteriores, obtendo uma maior durabilidade e constância editorial. Optei por não utilizar estes números posteriores por destoarem do contexto aqui abordado.

¹⁴ Em alguns textos o seu nome também é mencionado como Baltazar Gomes Pereira Luna, no entanto Hortensio Ribeiro, ao publicar uma crônica em sua homenagem póstuma chamando-lhe de Baltazar de Almeida Luna foi respondido em carta pelo próprio Mauro Luna, o qual agradeceu extensamente a homenagem e não mencionou nenhuma correção ao nome do seu finado pai (RIBEIRO, 1979), pelo que tomei por mais confiável o uso deste último sobrenome.

Ele havia aprendido as primeiras letras com Clementino Procópio, como o fizeram, praticamente, todos os meninos campinenses de sua geração e *status* familiar (SOTO, 2016), começando a exercer o magistério muito cedo¹⁵, de modo que sua escola, o Instituto Olavo Bilac, fora fundada, segundo Elpídio de Almeida, em 1917, quando ele contava com cerca de 20 anos¹⁶. A esta altura ele já havia publicado o próprio jornalzinho com a colaboração de alguns amigos, chamado *A Renascença* (1915) com finalidade cultural, além de continuar sendo um afinco participante nas edições dos demais periódicos circulantes em Campina Grande. Nesse passo acelerado ele lançara em 1924 a sua obra-mor *Horas de Enlevo*, um compilado de poesias, a primeira publicação do gênero em Campina Grande (GAUDÊNCIO, 2012), quando ele tinha 27 anos.

Aparentemente precoce em sua desenvoltura nos ciclos intelectuais, Mauro Luna já obtinha reconhecimento na cidade quando começou a desempenhar a docência. Era um nome conhecido nos circuitos políticos por causa de seu pai e as sucessivas publicações nas mais variadas folhas acabaram por tornar familiar o seu nome entre os leitores campinenses. Foi citado nesse teor pelo Anuário de 1925: “Mauro Luna, professor e poeta dos mais lidos da Parahyba” (ANUÁRIO, 1925, p. 22). A escola que fundara, conseqüentemente tomou certa proporção no conhecimento do público: “O seu nome de jornalista, conhecido de todos os seus conterrâneos, é o bastante para a recomendação do seu estabelecimento de ensino”, menciona o próprio Anuário (1925, p. 53).

No Largo do Rosário¹⁷ (ou Rua Marquês do Herval), na sede da Associação dos Empregados do Comércio, Mauro Luna cotidianamente passou a dirigir a sua escola, funcionando em regime de internato, semi-internato e externato. Possuindo um rígido sistema de controle, incorporado à crença do diretor de que assim evitaria situações conflituosas, a escola operava desde as 8h da manhã, com intervalo de almoço entre 11h e 12h30 e encerrava suas atividades diárias às 15h30, sem recreio entre as aulas.

Também funcionava à noite¹⁸ para o público adulto, sobretudo os empregados do comércio que desejavam alfabetizar-se tardiamente, como é o caso de Sebastião Souto Maior que, redigindo uma carta aberta ao professor, declara: “quando comecei a frequentar as aulas por você dadas, não sabia sequer redigir um período; no entanto, passados sete meses apenas, já me achava algo desenvolvido: e, hoje em dia, sei, mais ou menos, exprimir os meus pensamentos” (O CLARÃO, 1922, p. 4). Este curso contava com a frequência de 20 alunos em 1922.

As matérias do currículo regular da escola incluíam Português (sendo ministrado diretamente por Luna¹⁹), Geografia, Aritmética, História, Geometria e

¹⁵ Para Almeida (1993) a docência de Clementino Procópio foi crucial para que Luna desenvolvesse a sua tendência ao exercício da docência, tendo ele nutrido uma grande admiração pelo seu antigo mestre ao longo de sua vida e fazendo dele uma inspiração para a sua carreira.

¹⁶ As informações quanto à data de fundação da escola são desencontradas. O Anuário de 1925 informa 1921, mesmo ano mencionado em sua página na Academia Paraibana de Letras (ACADEMIA..., S/A). Optei pela data mencionada por Elpídio de Almeida, sendo ela também utilizada por Helio Soto (2016).

¹⁷ Atual Praça da Bandeira.

¹⁸ O curso noturno era uma iniciativa da própria Associação dos Empregados do Comércio e foi criado em 1921. Em 1923 nos é informado que alguns moços da cidade se comprometeram em trabalhar junto ao Instituto para manutenção deste curso, encabeçando-o Cristino Pimentel, tendo como secretário Epaminondas Camara e tesoureiro Pedro do Egito (O CLARÃO, 1923).

¹⁹ O *Clarão* (1922, p. 6) define esta como sendo a matéria que distingue a instituição “dados os vastos conhecimentos que tem da matéria o seu director”, o que é reforçado por Almeida quando

rudimentos de Francês. No curso noturno eram ensinadas as matérias de português e de aritmética, e estas tinham a finalidade mais prática e o objetivo de adiantar a alfabetização e fluência na escrita e leitura de seus frequentadores.

Até aqui julguei necessária a apresentação explanada da escola por uma razão. É importante conhecer a cultura que mobiliza a sua articulação interna, bem como as referências identitárias que sustentam a instituição como uma individualidade diante das demais instituições urbanas, inclusive as de mesma finalidade²⁰. A *persona institucional* é esse corpo proveniente de crenças e atitudes que constituem o cotidiano vivenciado intramuros. No caso do Instituto Olavo Bilac essa *persona* é, senão, o corpo escolar diretamente referenciado pela figura de seu diretor, Mauro da Cunha Luna. Alguns elementos nos trazem essa comunicação direta.

Em dezembro de 1922, findo o ano letivo, o diretor direcionou os seus esforços para a publicação de mais uma folha noticiosa na cidade, o que já fazia corriqueiramente e provavelmente não deteria tanto a sua atenção não fosse o jornal de sua própria escola, que exporia de forma substancial a instituição à qual sustentava e guardava a tanto zelo. Portanto, 5 anos após o início das suas atividades, é lançado pela escola o jornal *O Clarão: Orgam do Instituto Olavo Bilac* (ver Figura 1).

Figura 1 – Primeira página de *O Clarão*



Fonte: O CLARÃO, 1922. (Acervo Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida - UEPB)

biografando rapidamente Mauro Luna afirma: “Pelo esforço próprio tornou-se profundo conhecedor da língua pátria” (ALMEIDA, 1993, p. 320).

²⁰ Segundo o anuário de 1925, contando com as aulas públicas, Campina tinha naquele ano 8 estabelecimentos de ensino regular e dois de ensino exclusivamente profissional (ANUÁRIO, 1925).

Denotando o claro anseio de difusão a apresentação desse jornal expõe o seu público-alvo: “Espera, pois, O Clarão, um acolhimento lisongeiro por parte do publico e especialmente no seio das famílias campinenses” (O CLARÃO, 1922, p. 1).

Intensamente permeado pela narrativa republicana, como o próprio nome reafirma, o Instituto Olavo Bilac expõe em seu jornal o quanto estava norteado em sua cultura e institucionalidade pela pessoa de Mauro Luna. Não à toa a primeira página traz o seu rosto estampado: associa-se diretamente o rosto ao periódico e consequentemente à escola que ora o publica. A edição segue sempre trazendo inerente esta figura entre largos elogios dos demais participantes: “a quem não posso deixar de elogiar pelo modo attencioso como ensina aos seus alumnos, procurando fazel-os comprehender, com explicações claras repisadas consecutivamente aquillo que estudam” (O CLARÃO, 1922, p. 3); “Por ter você o dom de saber ensinar (...). Esta faculdade rarissima precisa o homem trazel-a do berço (...)” (O CLARÃO, 1922, pp. 4 a 5).

A personificação do Instituto pela figura de seu diretor e fundador serve para operar um tipo de vínculo. É mais fácil estabelecer conexão direta a outro indivíduo que já lhe é familiar do que a uma empresa particular de fins educativos. Desse modo a *persona institucional* é criada e, usando da metáfora cristã, é um complexo corpo aglutinado pelos indivíduos institucionalizados cuja cabeça é Mauro Luna, aquele que determina a sua cultura própria.

Um exemplo dessa constante está no segundo número do jornal, publicado no ano posterior, 1923²¹. Ali, embora numa edição simplificada, com menor número de páginas e sem fotografias, o lugar onde em 1922 os editores ocuparam com a imagem de Luna na capa do jornal (ver figura 1), tem uma poesia de autoria do mesmo de nome *Supremo appello*²² que, como o título sugere, é um convite em tons de agravo para que haja preocupação por parte dos pais e leitores em geral com a alfabetização dos indivíduos. Desse modo, embora não haja diretamente a imagem de Luna, há a sua presença se fazendo manifestar pelo ofício que lhe fizera conhecido na cidade, o de ser poeta, combinado à alma de sua instituição e de sua identidade enquanto docente.

Tendo essa *persona* como autor do jornal, o Instituto Olavo Bilac é o agrupamento de um discurso, uma identidade não definida pela assinatura do nome próprio ao fim do texto (FOUCAULT, 1992), mas compreende-se que cada sujeito participante da escrita ali o faz submetido ao sistema de exclusão operado pela instituição, de modo que a autoria não é uma escolha livre do indivíduo. O Instituto prepondera, assumindo a qualidade de autor no momento em que delimita o teor de cada texto inserido na diagramação final.

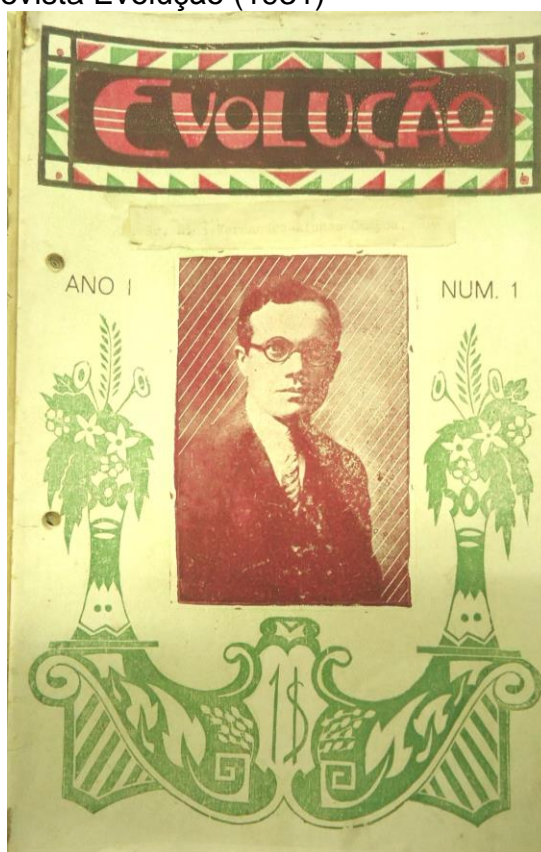
Ainda concordando com Foucault (1999), nesse ponto pode-se considerar os processos que operam num sistema de seletividade do discurso, os quais o autor chama de exclusão e que já foram aqui explanados anteriormente. Considerando as ações de interdição, rejeição e vontade da verdade, a leitura que podemos obter desta fonte, embora rica em suas entrelinhas, é a possibilidade de análise de um conteúdo anteriormente polido, pelo que se faz necessário um olhar crítico sobre o produto final.

²¹ Há somente duas edições deste jornal presentes no acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (UEPB) o que, como anteriormente falado, não posso concluir que tenham existido somente essas duas, já que não há menção de uma finalização oficial do periódico em nenhuma outra obra consultada.

²² Esta poesia será citada no tópico 3 (página 25).

Em uma perspectiva geral, assim também atuou a *Revista Evolução* (Figura 2), periódico do Instituto Pedagógico, que surge no ano de 1931, quase dez anos após a primeira tiragem de *O Clarão*. Norteadada pela figura do tenente Alfredo Dantas, àquela altura a escola já tinha maior expressão na cidade, inclusive tendo o segundo grau, e que, para efeito de comparação, possuía quase o triplo das matrículas do educandário de Mauro Luna²³. Em 1930 o Instituto assumiu a administração do prédio do antigo Grêmio de Instrução também na Marquês no Herval²⁴, ampliando as suas atividades, o que pode ser um dos motivos que levara ao fechamento do Instituto Olavo Bilac em 1932²⁵ (SOTO, 2016).

Figura 2 – Capa do primeiro número da Revista Evolução (1931)



Fonte: Revista Evolução, ano 1, número 1. (Acervo Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida - UEPB)

O Instituto Pedagógico Campinense foi fundado em 19 de fevereiro de 1919 pelo tenente Alfredo Dantas Correia de Góis com auxílio da professora normalista Ester de Azevedo²⁶ (INSTITUTO, 1931), destinada a “ministrar o ensino primário e secundário a ambos os sexos” (SILVA FILHO, 2005, p. 122). Funcionava

²³ O Anuário de 1925 informa 80 vagas de matrícula no Instituto Olavo Bilac, enquanto que no Instituto Pedagógico informa 239.

²⁴ Segundo Andrade (2014) o prédio teria sido uma doação do, então presidente do estado, João Pessoa, o que motivou que a Escola Normal anexa ao Instituto o tivesse como paraninfo, passando também a nomear-se Escola Normal João Pessoa.

²⁵ Mauro Luna não teria abandonado a docência, passando a compor como professor o quadro dos Colégios Pio XI e Imaculada Conceição (Damas) em 1934 (SOTO, 2016).

²⁶ Segundo Andrade (2014), Ester era enteada de Alfredo Dantas.

inicialmente na Rua Barão do Abiaí²⁷, onde mudou de número em maio de 1924 para outro imóvel melhor adaptado, construído na mesma rua pelo tenente. Quando em 1930 a escola passou também a exercer atividades na Marquês do Herval, o prédio da Barão do Abiaí funcionou desde então como o internato da escola, enquanto o outro endereço atendia às atividades de externato e aos demais cursos oferecidos²⁸.

Diferente de Mauro Luna, Alfredo Dantas não era natural da cidade. Ele nasceu em Teixeira, Paraíba, em 17 de novembro de 1870 (ANDRADE, 2014), também pertencendo a uma família de expressão no estado²⁹. Consolidada a sua escola, Alfredo Dantas converteu-se num dos grandes nomes no exercício do magistério na cidade, tornando a sua instituição conhecida devido ao pioneirismo em diversos aspectos. Dentre eles destaco a assumida laicidade de seu currículo (o que impactava diretamente os protestantes que estavam ascendendo em número no cenário campinense), nas salas mistas para ambos os sexos, o que passou a ser defendido como uma atitude moderna e progressista, e nas demais formações profissionalizantes chamadas Escolas Anexas que formavam na cidade indivíduos para além do segundo grau, como no caso da Escola Normal, a partir de 1929.

Esses traços, que tornavam a instituição diferenciada dentre tantas outras na cidade, podem ser percebidos na publicação da *Revista Evolução*, à medida em que está implícito ao longo dos números do periódico como o seu corpo institucional via no Instituto Pedagógico uma identidade inovadora e moderna. Diferente do caso de *O Clarão*, que diz respeito a uma instituição de menor porte, a *Revista*, embora mencione e elogie Alfredo Dantas, não se utiliza apenas de sua imagem como fundador e diretor para delimitar-se enquanto unicidade identitária. Isso pode ser devido ao seu corpo docente contar com outros nomes de notoriedade, igualmente conhecidos e difundidos por meios intelectuais na cidade, a exemplo de Elpídio e Antônio de Almeida e do dr. Severino Cruz³⁰. Isso não quer dizer que não houvesse uma identidade capaz de significar a *persona* do Instituto Pedagógico na figura de Alfredo Dantas. Como Andrade (2014) afirma, o enaltecimento do diretor da escola “promovia a instituição e induzia um sentimento de identificação, afetividade e de pertencimento” (ANDRADE, 2014, p. 45).

Os mecanismos de autoria, mesmo quando se encontram em outra via, que não a personalização absoluta, ainda se fazem perceber pela coerência dos escritos multiautorais. A *Revista Evolução*, ao longo de seus nove números, publicados mensalmente entre 1931 e 1932, é alimentada por textos de cunho científico, poético, cômico, fictício, além de um acervo valioso de imagens da cidade e de

²⁷ Segundo Silva Filho (2005), o Instituto foi fundado na Rua da Lapa (atual Praça Alfredo Dantas) que seria a continuação da Rua Barão do Abiaí.

²⁸ Equiparada à Escola Normal Oficial do Estado pelo Decreto nº 1615 de 9 de dezembro de 1929, o Instituto também abrigava a Escola de Instrução Militar General Pamplona, incorporada ao Tiro de Guerra Nacional, com número 243, dispondo, além destes, de outros cursos de formação profissional além da educação regular de 1º e 2º graus (INSTITUTO, 1931).

²⁹ Ele possuía parentesco com João Dantas, que ficou conhecido por assassinar João Pessoa no Recife em 1930. Eles eram primos em segundo grau, sendo o pai de João Dantas, Franklin Dantas, primo legítimo de Alfredo (ANDRADE, 2014).

³⁰ Os três foram médicos de renome no município, sendo Antônio de Almeida nomeado prefeito municipal entre 1932 e 1934 e Elpídio de Almeida eleito para o mesmo cargo de 1947 a 1951 e 1955 a 1959. Elpídio também é autor da obra *História de Campina Grande*, a qual tornou-o conhecido como um dos maiores memorialistas da cidade. Severino Cruz exerceu a medicina, sobretudo como servidor municipal, tendo ficado à frente do Posto de Profilaxia Rural e do Posto de Doenças Venéreas (ANUÁRIO, 1925), ambos haviam funcionado, coincidentemente, no prédio do Grêmio de Instrução, antes que este fosse cedido ao tenente Alfredo Dantas em 1930.

indivíduos (entre professores, alunos, políticos e ícones da história), seja em propagandas ou para mera apreciação. Todo este vasto material converge num discurso característico: o deleite no modo de vida moderno, aparelhado pelo científico na figura da educação e a crítica ao destoante desse padrão.

Sendo um suporte em formato de revista, ele é inovador não somente a nível institucional, mas a nível de cidade, copiando, provavelmente, o formato da *Revista Era Nova* que, publicada na capital, circulou no estado durante a década de 1920. A estética era *Art Déco*, conforme ditavam as publicações mais famosas circulantes então. Formatos artísticos característicos e letras que evocavam esse padrão estão presentes tanto nas capas (como se pode notar na figura 2), como ao longo das páginas que estão recheadas de fotografias de jovens paramentadas com acessórios, vestidos sem silhueta marcada e cortes de cabelo à *la garçone* (estilo *Chanel*³¹), conforme ilustrado na figura 3.

Figura 3 – Página da Revista Evolução (1932)



Fonte: Revista Evolução, ano 1, número 5. (Acervo Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida - UEPB)

O diferencial dessa publicação também reside no fato de que grande parte das operações de seus bastidores eram feitas por mulheres, tendo como equipe

³¹ Uma das mais marcantes identidades visuais da Arte Déco na moda foi o corte de cabelo influenciado pela estilista francesa Coco Chanel. O modelo curto, no pescoço ou acima da nuca imitava intencionalmente um corte masculino. Essa moda foi difundida numa época que se tornou marcante pelo despontamento do protagonismo feminino e dos movimentos feministas, o que faz o uso dessa estética comunicar-se ainda mais simbólico.

editorial “Herundina Campêlo (redatora-chefe) e Tetê Campêlo (Redatora-Secretária, que confeccionavam a Revista na própria sede da escola”³² (ANDRADE, 2014, p. 46), além de Alfredo Dantas como diretor e Manoel Almeida Barreto como redator-chefe. Não é difícil encontrar textos redigidos por mulheres de vários gêneros e formatos, o que era, então, mais comum nos periódicos informais da cidade, tais como os jornais de festa.

O interesse dessa publicação, tal qual de *O Clarão*, era alcançar não só os envolvidos em algum grau com a instituição. Era importante que essas folhas percorressem as mãos daqueles para quem elas fossem efetivas propagandas do sistema de ensino com intenções financeiras e, concomitante, pudessem ecoar os discursos sobre comportamento, higiene, modernidade, alfabetização, a importância da educação e todas as relevantes pautas abordadas ali que haviam sido selecionadas a dedo.

Em junho de 1934 outro periódico pertencente ao Instituto Pedagógico emitiu a sua primeira folha, o *Evolução-Jornal, Órgão para a formação das idéas novas*, dessa vez numa configuração mais simplificada em relação à revista anteriormente publicada pelo Instituto, e sem a presença do seu diretor no corpo editorial. O periódico traz de modo mais informal o discurso da instituição, embora este ainda se faça presente de maneira substancial. Com direção de Elias de Araújo e participação de um farto corpo editorial que contava com discentes e docentes do Instituto, o jornal se identifica como “Folha literaria e humoristica” (EVOLUÇÃO, 17/06/1934, p. 4), demonstrando uma quebra no padrão da formalidade da publicação anterior da escola. Ante a essa quebra outros sintomas podem se fazer sentir ao leitor atento: a diminuição das referências a Alfredo Dantas como dos fartos elogios, detendo-se a publicação tanto em mais textos alheios à vida institucional, como em situações mais pontuais pela limitação do espaço disponibilizado para diagramação.

De diferentes formas, estes três periódicos ora apresentados representam uma cultura pedagógica que intentava ecoar além dos domínios das instituições às quais pertenciam. No turbilhão de mudanças e diante dos signos do moderno que Campina Grande experienciava pouco a pouco, era crucial que houvesse uma mobilização de seus intelectuais a fim de darem fôlego às propostas inovadoras de uma urbe higienizada não só esteticamente, como no âmbito comportamental e na mentalidade da população. Com esse fim “as publicações nos jornais se esmeravam em desempenhar ações didáticas: aconselhavam sobre como uma população civilizada deveria comportar-se” (CABRAL FILHO, 2009, p. 35).

Podemos avaliar a que se incumbiam essas folhas pela denominação escolhida para elas. *O Clarão* é senão uma evidente metáfora que atribui à luz o sentido de novidade, de sabedoria repentina sobre o aspecto escuro da ignorância e desconhecimento, ou uma referência, em todos estes elementos, ao Iluminismo. *Evolução* designa algo que está em progressão de melhora, subindo de nível qualitativo e sob expectativa de chegar ao patamar desejado. É assim que as *personas institucionais* se observavam diante da cidade ou como desejavam ser reconhecidas, ali referidas por Mauro Luna e Alfredo Dantas, e propagando a alma da *persona* escolarizada e polida idealizada pelas suas respectivas culturas internas.

³² Posteriormente a revista passou a ser produzida nas oficinas do antigo jornal *Correio de Campina*, não muito longe das dependências da escola.

3 CARTOGRAFIAS DE UMA PEDAGOGIA

3.1 Da escola ao lar

Não resta dúvida que o aproveitamento das crianças, na aula primária, depende, não somente do professor, como também da maior ou menor soma de esforços empregada, neste sentido, pelos pais de família. Por isso, deve haver, entre ambas as partes, a mais perfeita união de vistas, sob pena de resultar improdente a ação exclusiva do professor (O CLARÃO, 1922, pp. 1-2)

Publicado no primeiro número do jornal anual *O Clarão* (1922), o artigo *Pelo bem da educação* (provavelmente redigido por Mauro Luna), ecoa um apelo aos pais dos alunos para maior participação na educação de seus filhos. Era propício para o autor se fazer ouvir pelo público desejado: quem mais se interessaria na publicação cujo nome do filho encontra-se estampado? Essa necessidade foi ganhando maior proporção ao longo do tempo. A pedagogia estava vivendo um período de plena reformulação baseada em pesquisas e modelos importados de experiências internacionais. O contexto do aluno além escola, antes já objeto de preocupação por parte das instituições, foi visibilizado como a esfera de continuidade da educação aprendida intramuros, dessa vez sob gestão dos pais que atuavam em cooperação com a escola.

Quase uma década depois, no mesmo teor de *O Clarão*, um(a) articulista identificado(a) com as iniciais M.C.C. escreve para a *Revista Evolução* com ênfase a mesma preocupação, dizendo que

É no lar que se dá começo á formação dos caracteres. Quando os pais, concios dos seus deveres, procuram incutir no animo dos seus filhos, os verdadeiros sentimentos da honra e da dignidade, o aborrecimento aos vicios e o amor ás virtudes, podemos ficar certos de que, amanhã, teremos homens aptos para as lutas da vida, verdadeiros baluartes na defesa dos bons principios (M.C.C., 1931, p. 18).

Aqui proponho perceber de que forma a educação transcende a noção espaço-territorial da escola. A ação pedagógica, a partir do momento que é entendida não somente como fruto da intervenção de um professor ou de estrutura institucional, estendendo-se à ação efetiva do núcleo familiar, constitui uma cartografia mais abrangente.

Qualquer dicionário comum de Língua Portuguesa designará cartografia como um ramo dentro da Geografia responsável pela criação de mapas. O aplicativo Aurélio Digital, especificamente, descreve o verbete como “1) Arte ou ciência de compor cartas geográficas” e “2) Tratado sobre mapas” (CARTOGRAFIA, 2022). Seguindo esta compreensão a denominação do trabalho executado por um cartógrafo recebe o mesmo substantivo. Parti desta ideia para estender a noção do que é o recurso cartográfico.

Saímos do plano bidimensional, onde o mapa está desenhado sobre um papel, onde os veios das ruas formam composições geométricas pensadas ou aleatórias, onde os transeuntes e as vivências são invisíveis aos olhos literais do leitor. A ideia é que cheguemos à uma dimensão real, onde os traços se traduzem em calçadas, prédios e praças, e as linhas retas se convertam em ladeiras,

escadarias, e sejam recheadas da vida típica de uma cidade interiorana do início do século XX. Entre os horizontes urbanos vislumbrados nas ruas, casas, lojas, igrejas, escolas, e por povoarem este lugar os cidadãos constroem seus próprios fluxos, seus tracejados na cartografia da qual dispõem. Como diz Certeau (2009, p. 163) “Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares”. Segundo o autor “os processos do caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços (aqui densos, ali mais leves) e as trajetórias (passando por aqui e não por lá)”. A estes traços, posteriormente, o autor qualifica como substitutos das práticas³³.

Diante disso, como não é possível delimitar a experiência urbana a um *modus vivendi*, também não podemos esperar que a experiência educacional do indivíduo se atrele a fórmulas únicas e categorias de pensamento, embora estas possam ter sido alimentadas fértilmente pelas instituições às quais tem se delegado historicamente esta responsabilidade. É neste ponto que discurso que envolve a participação da instituição familiar no processo educativo emerge compondo a cartografia do aprender, e o espaço educativo faz ruir os muros escolares e entra na rotina dos cidadãos cujos filhos estavam matriculados. O apelo era para que estes assumissem um papel de responsabilidade na *formação* de uma criança, dadas não somente questões voltadas ao conteúdo de sala de aula, mas a aspectos moralizantes, “verdadeiros baluartes na defesa dos bons princípios” como diz M.C.C. à *Revista Evolução*.

Saindo brevemente do circuito das publicações institucionais, um artigo escrito por Mario Gomes (então diretor do Grupo Escolar Solon de Lucena) para o jornal *O Seculo*, tanto aborda a mesma temática como traz uma ênfase bastante pontual: “São tantos os pontos de contacto entre a escola e o lar que, em sentido geral, ambos se confundem num fim unico: Educar” (GOMES, 1928, p. 3). Ele ainda continua situando um dos principais assuntos onde considera importante a intervenção da família no reforço do conteúdo visto na escola:

É aos senhores paes que cabe zelar melhor pela *hygiene* dos educandos, fazendo-lhes advertencias que os incite a por em pratica os deveres que dizem respeito á conservação e melhora das condicções phisicas do organismo. As lições de moral recebidas no estabelecimento de educação, não attingirão ao fim colimado senão forem lembradas e estimuladas no lar (GOMES, 1928, p. 3, grifo meu).

Comentando sobre este artigo em específico, Iranilson Buriti enfatiza como a higienização foi parte de um discurso aflorado ao longo das transformações que o Brasil viveu desde fins do século XIX até meados do século XX e que, dentro da agenda que promoveu a consolidação de uma identidade nacional e celebravam um “novo tempo” na nação, “ganhou visibilidade o discurso médico e sua inserção no âmbito das instituições públicas, sendo a escola uma das *cartografias* que em muito recepcionou a narrativa médica, escrita, em grande medida, pelo viés positivista” (BURITI, 2009, p. 193, grifo meu).

Almeida Barreto, professor do Instituto Pedagógico e redator-chefe da *Revista Evolução* também tem um artigo comentado por Buriti, que foi publicado no *Jornal Brasil Novo* (mesma gráfica da revista da escola), onde defende largamente o que

³³ Compreendo desse modo que Certeau vai estabelecendo ao longo do seu pensamento um paralelo entre o mapa e a vivência da cidade, sendo os *traços* remetentes meramente aos trajetos percorridos e riscados sobre a superfície bidimensional, e as *práticas* o que efetivamente o indivíduo fazia ao longo de sua caminhada, vivenciando, de fato, a cidade ou, como Certeau prefere dizer, praticando-a.

denomina “exame individual da criança”, o qual diz estar sendo executado nas escolas com fins de “conhecer as aptidões físicas dos escolares” (BURITI, 2009, p. 205). A descrição de tal exame assusta, pois lembra o discurso eugenista tão difundido nos anos 1930, ao qual se atribui a responsabilidade de ter fomentado o racismo dentro da ideologia nazista³⁴. Para Barreto, após a realização destes exames, a escola saberia “o grau de acuidade visual, seu poder dynamometrico, estado dos dentes, dimensões do craneo, capacidade respiratória, estado ganglionario, debilidade phisica, em summa, seu capital fisiológico e o futuro phisico do futuro cidadão” (BARRETO, 1931, p. 10 apud BURITI, 2009, p. 207).

Se a escola pretendia que a criança dispusesse de perfeitas condições físicas, aptas para um melhor desenvolvimento físico e intelectual, a responsabilidade extrapolava o dever da instituição e recaía sobre o ambiente que o aluno habitava durante todo o resto de sua rotina. Quando tinha o seu corpo perscrutado minuciosamente, a criança tornava-se uma vitrine da cultura doméstica à qual estava sujeito. Se subnutrido, com dentição problemática... Qualquer sinal de desleixo em seu aspecto abria margem para que os responsáveis pela realização do exame acusassem o lar de onde o sujeito provinha. Logo, se os lares deveriam corresponder a esses padrões, sofriam a pressão de serem igualmente educados tanto quanto os indivíduos institucionalizados.

Em *Educação Domestica*, outro artigo da *Revista Evolução*, um autor identificado por A. A., supostamente o médico Antonio Almeida que era professor do Instituto, deixa transparecer que problemas deste teor eram recorrentes, informando que a sua experiência no ofício da medicina, tanto no hospital como na clínica civil, o autorizam “a respingar defeitos educacionaes no ensino domestico das crianças, que as levarão, mais tarde, a um bem acabado espesimen de teratologia social, dimanado, justamente, do que deveríamos combater e compellir” (A. A., 1932, p.26). Ele segue afirmando que são poucas as crianças saudáveis que tem visto e se dirige às mães para que estas desenvolvam “o desejo de ter nos filhos primores de educação”, pois “faltam-lhes os necessarios conhecimentos da arte, tão espinhosa e delicada, quão grandiosa e sublime”, sendo a educação domestica que promove “as bases do caracter da criança (...) deste tenra idade”, posteriormente complementada pela “educação physica e intelectual”.

Seguindo a leitura do artigo vemos que a compreensão de uma educação domestica transcende para o médico simplesmente a noção de higiene, segue para um cunho moralizante no comportamento social:

A ideia de subordinação e dominio proprio devem ser inculcados no espirito em formação do pequeno, evitando, destarte, o acabamento de um bello espesimen de paria, monstro passivo, modelado pelas mãos da família, victima da educação, enfermo do meio. São hypertrophias humanas, cuja

³⁴ Segundo Souza (2012) o termo Eugenia foi empregado pela primeira vez pelo cientista britânico Francis Galton em 1883 para definir a ciência da hereditariedade humana. Ainda segundo Souza (2012, pp. 1-2), “pode-se dizer que a eugenia foi um movimento científico e social que se relacionava ao debate sobre raça, gênero, saúde, sexualidade e nacionalismo, apresentando-se frequentemente como um projeto biológico de regeneração racial”. Muito antes da apropriação deste conceito por parte do partido Nazista alemão, a comunidade científica se empenhava em estudar de forma mais aprofundada as características físicas que definiam diferentes grupos étnicos no mundo, embora haja controvérsias sobre qual a real finalidade destes estudos. As ideias de eugenia circularam ativamente dentro do estado da Paraíba dentro do âmbito político e jornalístico na intenção de se referirem a sentidos tais como “às transformações do corpo, a manutenção da saúde, a comercialização de medicamentos, as diferentes fórmulas de se viver, métodos de higiene pessoal, técnicas de bem-estar físico, dentre outros” (SOARES JR, 2014, p. 16).

elephatiasis de sua submissão os absorve de todos os sentimentos humanitarios e actos sociaes que os recomendem (A. A., 1932, p. 26).

A crítica da postura familiar ante a criança, sendo esta como um produto do meio que vive, não é poupada, e as responsabilizadas são, sobretudo, as mães às quais cabia a criação doméstica na mentalidade do período. Ignora-se a criança espontânea e insubordinada, elogia-se a criança cuja família soube nutrir a devida subordinação e domínio próprio (sendo este último uma virtude que remete à narrativa cristã). Todas estas características eram já vistas, pelo discurso científico da época, como socialmente construídas pelo meio de vivência do indivíduo e não como traços inatos. Novamente o lar ganha o protagonismo na ideia de uma formação educativa mais abrangente.

Quando trago a noção de cartografia não penso somente na trajetória que o sujeito institucionalizado realiza pela cidade (como pode ser brevemente visualizado na citação que serve de epígrafe no subtópico 1.2), mas da forma como essa educação se traduz numa condição subentendida para participação dos indivíduos nas novas instituições urbanas. A adesão às ideias médico-higienistas acima referidas, profundamente difundidas, sobretudo no Governo Vargas por figuras como Belisário Pena³⁵, e legitimadas pelos intelectuais na cidade que atuavam no corpo docente dos educandários (como no caso de Antonio Almeida), muito embora não fossem obrigadas diretamente, estavam a tal ponto enrustidas dentro do discurso de instituições como o Instituto Pedagógico, que desconhece-las e não pratica-las em determinados momentos podia ocasionar constrangimentos e vexames à família do aluno, conforme relatado diretamente pelo médico acima. O lar passa a compor um espaço estratégico dentro desta cartografia pedagógica, a educação doméstica tem o seu papel superlativo.

Não à toa o(a) colaborador(a) da *Revista Evolução*, M. C. C., finaliza o seu artigo fazendo uma convocação heroica endereçada às mães: “atentai, pois para a educação destes pequeninos seres, pedaços de vosso ser, fibra das vossas fibras” (M. C. C., 1931, p. 18). Com ênfase se manifesta a atribuição da responsabilidade acima referida, criando-se um cenário de vínculo afetivo e genético de tal forma que seja intimidadora a convocatória, ainda mais profunda quando prossegue: “O Brasil espera o cumprimento exato dos vossos deveres na educação destas ingenuas crianças, para que futuramente possamos ver o nome deste querido torrão cada vez mais glorificado nas paginas fulgurantes da Historia” (Idem). Igualmente Almeida, ao finalizar o seu artigo, no quinto número da mesma revista, apela: “Precisamos da educação physica, intelectual e, sobretudo, domestica. Deste conjunto sahe o homem civilisado e, consequentemente, a grandesa moral e economica do nosso paiz” (A. A., 1932, p. 26). O papel assumido pela família (ou pela mãe em específico) nesta narrativa tem potencial para impactar a dinâmica da cidade, da nação. Aliás, como descrito, a glorificação de um determinado lugar na História está condicionada à boa criação maternal/familiar do indivíduo.

Em um caso particular *O Clarão* publica em sua segunda edição um artigo que reclama de um aspecto diretamente relacionado à intervenção dos pais na formação dos alunos. Nesse ponto reafirmando a importância da presença daqueles no cotidiano escolar destes, o autor critica severamente os pais que retiram as

³⁵ Azemar Soares Jr. (2014) situa esse contexto em nível regional, mostrando a intensa atuação de figuras como Flávio Maroja no estado da Paraíba dentro da política e da imprensa. Ele também menciona a influência que o discurso médico sanitaria sofria no estado por parte de grandes nomes da área em nível nacional, como o próprio Belisário Penna, Renato Kehl e Oswaldo Cruz.

crianças da escola antes de se finalizar o ano letivo. “Ha, porém, um facto que merece reparos: é a condescendencia lamentavel de alguns paes de familia, retirando seus filhos do collegio, antes da epocha opportuna”³⁶ (O CLARÃO, 1923, p. 1). E então toca-se na mesma tecla: “É preciso que os paes de familia sejam o melhor auxiliar dos professores, na difficil tarefa de ministrar o ensino á mocidade”. Aqui já há outros sentidos atribuídos à participação dos pais na educação dos filhos. Não somente é necessário corroborar intencionalmente complementando o ensino da escola, mas é preciso cumprir com tarefas pontuais e de cunho mais prático para que se satisfaça a concepção de um bom rendimento pedagógico conforme o discurso institucional.

É interessante pensarmos que aqui outro eco se faz ouvir por entre as duras críticas. O articulista chega a usar termos como “ora, não se justifica, de modo algum...”, “Condescender, então, é um grande erro...”. O uso do termo condescender justifica-se porque ao longo do artigo é expressado que, tirando a matrícula dos seus filhos, os pais estariam satisfazendo ao desejo natural das crianças, “que é entrarem em ferias antecipadamente”, ou mesmo em um segundo sentido, estariam cedendo rapidamente às circunstâncias que os fazem cortar as despesas escolares das prioridades. Dentre estes pormenores o outro eco é que os pais devem ser conscientes da importância social da escola.

O processo educativo correspondia a um extenso currículo que deveria cumprir um cronograma rígido (como o deveria ser na escola de Mauro Luna, posto o mesmo ter demonstrado esta rigidez em abolir os recreios em cada turno). De fato, é compreensível que a escola se preocupe com a participação dos pais em perpetuar a educação escolar na prática cotidiana, para reforçar o conteúdo deste currículo rígido, senão também para evitar que, saindo do contexto de sala de aula o aproveitamento da matéria fosse perdido. Podemos notar que, muitas vezes, o sentimento que apela para a conscientização paterna é um esforço redobrado dos que compunham o corpo escolar. Mauro Luna envereda pela sua qualificação de poeta e ainda compõe versos³⁷ que se destacam no segundo número do jornal de sua escola exprimindo justamente este sentimento:

Vós, qualquer que sejaes, titular ou, somente,
Modesto camponez, - ouvi, attentamente,
Este'appello e depois, com vagar, meditae:
- e tendes nalma o amor de um verdadeiro pae,
Amor sincero e bom, que sublima e acrysolae,
Mostrae ao vosso filho o caminho da escola!
(...)
Pois bem! Para honra vossa e gloria do Brasil,
Onde a ignorancia torva impunemente rola,
Mandae, por Deus mandae vossos filhos á escola!
Mandae-os aclarar o espirito, porque
Triste de quem não busca as glorias do A-B-C!...
(O CLARÃO, 1923, p.1)

Em meio a versos tão intensos a mensagem transmitida é, senão, que se faça compreender o que a escola tem de importante para o desenvolvimento da criança,

³⁶ Aqui esta reclamação também diz respeito à preocupação da escola com a manutenção das atividades letivas até o fim programado. Se muitos pais repetissem a mesma tendência de retirarem os seus filhos antes da conclusão da grade anual, as atividades das turmas seriam prejudicadas.

³⁷ O título desta poesia é Supremo Appello e ela foi citada no tópico 2 quando falei sobre a convergência institucional do Instituto Olavo Bilac na figura e na mentalidade de Mauro Luna.

fazendo como que o esforço familiar parta de um espírito voluntário. Em outras palavras, não podemos dizer que a família deveria cumprir mecanicamente este papel. Creio que a persistência dos sujeitos institucionais que aqui tiveram seus artigos mencionados era não somente a mera participação paternal reduzida à obrigatoriedade. A intenção maior seria que os pais entendessem a importância que o processo educativo assumia na vida do filho, e em maior dimensão, na sociedade como um todo, significando mais a frente, a formação de um corpo social praticante de igual disciplina no âmbito doméstico e distante da dita “ignorância”.

3.2 Da escola à cidade

O panorama brasileiro depois do últimos movimentos políticos destacou em cores vivas o maior problema nacional de todos os tempos. Correu a cortina e mostrou o que todos já sabem: analfabetos por todas as partes (CATÃO, 15/07/1934, p. 1).

Se há um problema estrutural que há muito mobilizou os mecanismos pedagógicos e pelo qual se travou lutas ao longo da existência dessas instituições, esse problema foi o analfabetismo. Como um calo que incomoda os pés que correm para a *Evolução*, ele é mencionado como patologia social inúmeras vezes nos jornais, sobretudo os escolares, como a espécie de sintoma de uma sociedade que ainda precisa ter um maior investimento.

Na citação da epígrafe, Porfírio Catão escreve sobre o assunto para o *Evolução-Jornal* em 1934 e segue dando estatísticas alarmadas pela tonalidade de sua escrita: “oitenta por cento de uma população sem luz, sem ideal, sem o conforto do saber, envolta em noite escura e tenebrosa que é o analfabetismo” (CATÃO, 15/07/1934, p. 1). Curiosamente esta é a mesma estatística apresentada para o Brasil no século anterior: “por volta de 1890, ainda 80% da população não sabia ler” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 46). Ana Luíza Martins e Tânia Regina de Luca, no entanto, apontam a uma diminuição desta taxa que se deu de forma gradual na jovem república, levando em conta alguns aspectos como “melhoria da produção, aumento de população, desenvolvimento da comunicação e processo de urbanização acelerado” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 46). No entanto, precisamos ver o caso delimitando-o a Campina Grande:

Entre escolas publicas, estaduais e municipais e particulares, tem Campina Grande matriculadas apenas mil crianças, quando a sua população em idade escolar é aproximadamente de 5.000. Isto é unicamente na cidade, que possui 15.000. E o que será do Município todo, que possui 70.000 habitantes, apenas com meia duzia de escolas rudimentares!!! (ANUÁRIO, 1925, p.49)

Alarmava assim o Anuário de 1925, não informando um número exato de analfabetos, mas dando um cenário incompatível ao progresso almejado. A situação pouco tinha progredido desde 1920 onde os números estatísticos relatavam que a população entre 7 e 14 anos tinha somente 51 alfabetizados para 949 que não o eram, enquanto entre os acima de 15 anos 198 sabiam ler dentre mil (COSTA, 2018) (ANDRADE, 2014).

O *Almanaque do Estado* para o ano de 1932 estima a população de 103.203 pessoas para a Campina Grande de 1930, mas nada informa sobre os números do

analfabetismo. Com a chegada de outras escolas na cidade, como as Damas ou o Pio XI, e o ápice do desenvolvimento algodoeiro da região, naturalmente o quadro poderia ter uma maior aceleração. A falta de estatísticas talvez tenha sido a causa de que o assunto fosse tão absurdamente referenciado por Catão:

Esta praga maldita é no Brasil, como em toda parte, um forte entrave ao desenvolvimento e ao progresso de um Povo, e é por este motivo que ela se nos apresenta como UM PROBLEMA NACIONAL, que exige dos responsáveis pelos nossos destinos, medidas eficientes que nos assegurem a libertação de tão feio mal... Quem pode descrever a descrença e a tristeza que anda pela alma de nossa gente, que não conhece o ABC e vive a mercê de falsos idealistas! (CATÃO, 15/07/1934, p. 1).

Entre adjetivações de forte teor negativo (praga maldita, entrave, tão feio mal), o analfabetismo é qualificado como um problema de dimensões quase catastróficas para um país que desejava se desenvolver e ser visto de forma positiva pelos demais, muito embora a estatística dos 80% ainda reverberasse desde fins do século XIX até 1934. Um detalhe interessante sobre o caso consta em um artigo presente no sexto número da *Revista Evolução*, portanto cerca de três anos antes da publicação do artigo de Catão.

Denominado curiosamente *Descredito por falta de Estatística*, um artigo de autoria desconhecida apresenta críticas incitadas por uma tiragem anterior do jornal *A União* (órgão oficial do Estado) onde havia uma recomendação de levantamento de novas pesquisas e números. Entre a apresentação do problema ficamos cientes de que a famosa estatística de 80% (que perdurava há cerca de 50 anos) encontrava-se desatualizada e era considerada incompatível com o desenvolvimento apresentado na realidade brasileira de então.

Á falta de estatística o Brasil tem passado como um dos países atrasados do mundo, maximê no que se refere à instrução. (...) E como as nossas estatísticas são deficientíssimas, todo o agravo vem por elas justificado, excedendo se os críticos brasileiros em exhibir ao mundo o nosso descaso a educação popular, quando se sabe que há nesses últimos anos um porfiado combate pela alfabetização da população escolar. (...) *Por falta de estatística no Brasil, é que talvez nos lance em rosto o insultoso 80% de analfabetos*, índice de incuria e indiferença do governo. (...) O levantamento das estatísticas, feitas com rigor e escrupulo, respondem aos inimigos e acusam um superavit de valores positivos que se levam a crédito do progresso de uma nação erguida (DESCREDITO, 1932, p. 27, grifo meu).

Embora esse conhecimento tenha vindo à público em 1932, até em 1934 permanecia a mesma crença sobre os números referentes à população analfabeta no país, conforme Porfírio Catão reproduz o mesmo discurso. Se o número, de toda forma, se encontrava desatualizado ainda assim a convivência com a realidade social não deixava mentir que era necessário reforçar ainda mais o combate à “praga maldita”, e essa luta é verbalizada em todos os periódicos aqui utilizados.

Frequentemente analfabetismo e ignorância eram entendidos no mesmo contexto, fazendo com que houvesse juntamente sombrias sugestões de preconceito à população analfabeta³⁸. É assim que outro anônimo aparece apresentando o seu ponto de vista diretamente sobre a temática em uma publicação de nome *O analfabetismo e ensino primário*, imensamente rica de ilustrações sobre

³⁸ Muito embora estatisticamente ela fosse compreendida pela dimensão elementar do ler, escrever e decodificar símbolos, e não pelo que hoje compreendemos como analfabetismo funcional.

a mentalidade da época e os conceitos próprios do autor sobre como esse “sintoma de atraso” se manifestava socialmente.

No interior, a vida brasileira de hoje é ainda quasi como a de hontem. Infelizmente é preciso confessar, o Brasil moderno recebe um passivo de ignorancia do qual difficilmente se libertará. Os antecedentes historicos e etnicos precisam ser levados em conta numa apreciação sociologica. Nem somos um país de estreita faixa geografica que a communicação seja continua e facil. E o que mais é, não fomos colonizados inteligentemente. A orla litoranea é que foi aproveitada por uma colonisação um tanto sistematizada. No interior, tudo foi feito ao léo da sorte pelos remanescentes das bandeiras formadas de aventureiros audazes e completamente insulados da civilização (O ANALFABETISMO, 1932, p. 19).

Especialmente neste escrito, nos é apresentada uma nova justificativa para a persistência do analfabetismo que ora se manifestava na maioria da população brasileira, um problema referente à colonização que sofremos. Numa visão profundamente eurocêntrica, o autor não reprime de modo algum suas convicções positivistas. Em sua “apreciação sociológica” sobre o que favoreceu um alto índice de analfabetos, sobretudo no interior do Brasil, ele chega a dois vetores responsáveis por isso, um relacionado à constituição geográfica brasileira, onde aqueles que penetraram pelo interior não sistematizaram a intervenção colonial que fariam, fazendo tudo de forma desordenada, e, no segundo ponto, afirma que não fomos favorecidos pelos grupos étnicos que nos formaram, usando termos discriminatórios e segregadores:

Sejamos leais e francos no dizer as cousas. Em nossa formação etnica duas raças brancas foram elementos de quasi nenhuma eficiencia para o nosso progresso intelectual: o indio e o preto. A terra, vastissima, população desarticulada, com tais antecedentes etnograficos, de certo, que seria entrevado o movimento do progresso. Donde o acervo que nos ficou, - massa enorme de uma população analfabeta, inconciente, inerte (O ANALFABETISMO, 1932, p. 19).

A convicção desta fala nos dá estranhamento pelo já distanciamento que nossa sociedade adquiriu desta mentalidade, mas a dor de rememorar esse pensamento nos é necessário por ora, pois compõe a pedagogia pensada via instituição para a cidade, partindo das crenças que os institucionalizados nutriam sobre a condição urbana ao seu redor.

Aqui nos vemos novamente diante do discurso eugenista, sobretudo no que diz respeito à superioridade racial e a forma como, segundo Azemar Soares Jr., este ramo científico “corria feito rastro de pólvora pelo mundo afora” (SOARES JUNIOR, 2011, p. 95), legitimando no âmbito acadêmico ações discriminatórias. Para o autor “o aperfeiçoamento ‘phisico, moral e intelectual’ era o debate que estava em voga”, e, portanto, um texto como este passou no crivo do editorial da revista escolar e foi publicado. Sendo, todavia, este o último número do periódico, não nos é possível conhecer se houve algum tipo de retorno ou consequência aos ditos expressados na matéria, embora só a mera publicação dela, diante de toda a representação que a magazine mensal carregava de uma *persona institucional* já ecoe bastante sobre a aceitabilidade de tais pensamentos por parte do corpo docente da escola. Ainda lembro que o próprio Manoel Barreto, redator chefe da *Evolução*, num artigo citado aqui anteriormente, também faz uma breve alusão a métodos eugenistas de avaliação física da criança.

O texto prossegue asseverando sobre distinções raciais, enfatizando a fala anterior e sustentando a legitimidade dada à ação colonial a tal ponto de sugerir mudanças à prejuízo dos colonizados. Num determinado momento a população letrada e privilegiada dentro da concepção colonial é definida como a minoria e colocada como responsável por carregar “o resto da população” que não teve a boa sorte de nascer com os mesmos privilégios:

(...) Essa minoria ilustrada vai arrastando penosamente a móle imensa dos milhões de analfabétos. (...) Mas o de que precisamos é da escola rural preparando o homem para o meio em que vive: -agricultura e pecuária. O essencial é que o povo saiba ler, escrever e contar. Levantar o nível intelectual da massa. Nas cidades de população densa ha um coeficiente de gente analfabeta que nos aterrorisa e fere o coração. O criado, o trabalhador, o jornalista, sem falar no lavrador, no fazendeiro, no empregado domestico etc, todos esses têm musculos, porem, não tem cérebro (O ANALFABETISMO, 1932, p. 19).

É neste ponto que o sentido acaba por ser incutido de ações pedagogizantes sobre as populações menos abastadas e que ocupavam postos profissionais menos valorizados no contexto, sugerindo que estes precisavam de uma educação rural, onde seriam capacitados, alfabetizados “para o meio em que vive”, ao que tudo indica, para que lá permaneça. Pensava-se na necessidade de que esta população, a que historicamente não teve acesso à meios de educação formais, incluindo escravizados que ainda eram vivos, mas que estes deveriam estudar dentro da limitação do que o ambiente de onde provém lhes oferecia.

A educação neste caso não devia ser visualizada como um meio de ascensão social, e o conceito de uma população educada, moderna, progressista, higiênica, inclui esses indivíduos de maneira que vivam a pedagogia em seus corpos e não enfeiem o ambiente urbano, mas limita-os a permanência em suas profissões de então. Em outras palavras, é uma pedagogia onde essa população deveria compreender a necessidade de se higienizar para não espalhar doenças para seus patrões, mas não pensa-os como potenciais políticos, intelectuais, docentes, médicos, bacharéis, ou para ocuparem outros postos de modo a enquadrarem-se dentro da classe mais abastada. Dentro desta cartografia a educação dos sentidos se alastrava pelos ares, entrava nos recintos, ia às praças, frequentava os cinemas e tentava se inserir de um modo ou de outro na feira da cidade que, lotada de trabalhadores braçais, funcionava em plenas ruas centrais, exalando odores, espalhando sujidades³⁹.

Diante do que foi exposto pelo autor anônimo do artigo da *Revista Evolução*, resta o questionamento de como poderia ser efetivado o seu projeto pedagógico que ousava, de forma segregadora, ter atitudes mais efetivas contra o analfabetismo que tanto assolava a nação brasileira. No próprio artigo a resposta nos é dada, “o erário publico não tem reservas para tanto” (O ANALFABETISMO, 1932, p. 19), e para suprir esta carência o autor sugere que seja criado algum imposto com esta finalidade. De qualquer modo, para o vislumbre de sociedade que os intelectuais de Campina Grande tinham era preciso não somente escolarizar os sujeitos urbanos, a conta sairia cara para alguém, afinal. Restava permanecer munindo insistentemente a atmosfera da cidade com conceitos de civilização e higiene social:

³⁹ Sobre ela Cabral Filho expõe como a luta incessante da imprensa denunciava-lhe, sendo a feira “um dos motes a partir dos quais os letrados locais reivindicaram a instituição do progresso e da civilidade, [reclamando] por sua higienização” (CABRAL FILHO, 2009, p. 89).

Desejavam-se mudanças e comportamentos modernos que redesenhassem a fisionomia da cidade, para tanto a escola e seus impressos foram ferramentas necessárias para “o circular” dessas ações didáticas, que buscavam disciplinar e moralizar os sujeitos (ANDRADE, 2014, pp. 49 e 50)

Ao longo das citações aqui discutidas, bem como dos autores abordados, a ideia de educação diversifica-se. Abordei o combate ao analfabetismo, e embutido nesse tópico também emergem questões relacionadas à eugenia, higiene social e modernidade. Essa mistura se dá porque uma coisa era pensada atrelada à outra, como uma consequência. A alfabetização elevaria o indivíduo à uma posição de compreensão dos erros cometidos em sua performance na cidade como um todo, levando-o a uma autoconsciência, um exame de introspecção no qual ele percebesse as mudanças a serem realizadas.

Em outros momentos o ensino dessas práticas tornava-se um tanto literal nos escritos da escola, como no caso de uma poesia chamada *Conselho Higienico* de Noemi Carlos da Silva⁴⁰ cuja primeira estrofe trazia orientações claras: “Dos pés até a cabeça/Traze o corpo bem lavado;/-Quem apenas lava a cara/Não passa por asseiado” (SILVA, 1931, p. 19). Ela segue dando conselhos sobre outros aspectos morais como acordar cedo ou usar roupas largas para facilitar a circulação sanguínea, mas um aspecto chama atenção no restante da poesia, quando a mesma traz conselhos sobre a casa em que o leitor mora:

A casa em que morares
Deve ter sol e muito ar.
De casa que assim não seja
Deves-te logo mudar

Evita dentro de casa
Toda a poeira e mau cheiro;
E não durmas no teu quarto
Sem o arejar primeiro (SILVA, 1931, p. 19)

Claramente é manifestada a intenção de orientar sobre os cuidados para além da escola, onde cotidianamente os ensinamentos que os alunos recebem dentro do corpo institucional deve ser refletido em sua vida íntima, em sua casa (de preferência bem arejada e iluminada), junto à sua família. Considerando que muitas crianças não teriam o poder de tomar decisões como o de uma mudança de residência, a frase dirige-se a quem tem potencial para o fazer-lo. Evidencia-se a cartografia de uma educação que se estende pelo cotidiano familiar, e procura se comunicar diretamente àqueles que não são propriamente da instituição.

Outro ponto interessante é que, denominada *Conselho Higienico*, a poesia não trata somente do que nós conhecemos por higiene, o cuidado salubre do corpo, a profilaxia contra doença, a limpeza pessoal. Higiene aqui se refere a algo que compreende todo o conjunto de “boas práticas” a serem executadas para manifestação de um comportamento moderno. Ser moderno é ser higiênico, e isso inclui acordar cedo e morar em uma casa intencionalmente mais salubre para a família.

Analisando estes discursos podemos ver como cada instituição estabelecia padrões consistentes com o que aqui identifiquei como uma cultura interna, e de como esse pensamento era amplamente divulgado pelos meios oficiais pelo qual ela

⁴⁰ Segundo Andrade (2014), ela foi professora do Instituto por volta de 1934.

se comunicava com a sociedade em redor. Dentro do Instituto Pedagógico ou o Instituto Olavo Bilac, ecos de posturas ensinadas no corpo escolar que, impressas numa folha de papel, ganhavam à proporção que uma folha noticiosa podia alcançar: saía das oficinas, caminhava até as casas, convertia-se no comentário das praças, pousava nos balcões das livrarias, flanava nas mãos dos cidadãos. E a persona institucional que o compunha ia junto, fazendo-se ecoar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1937, o então prefeito da cidade, Verniaud Wanderley, tem a iniciativa de por em prática o “Bota-a-baixo” dos edifícios centrais que não correspondiam a estética moderna que Campina Grande deveria ter. A reforma urbana da cidade perdurou pela década seguinte e promoveu profundas mudanças na estrutura urbana, desde a abertura de ruas, urbanização de praças, demolição da Igreja do Rosário... uma sucessão de transformações. Esse é o clímax da história que iniciou como o alastramento do discurso modernizador no ambiente urbano, propondo uma higienização estética aos seus moradores, desejando incutir neles práticas que correspondessem ao ideal de cidade constituído nos grandes centros urbanos do mundo e do Brasil, com modelos no Rio de Janeiro, São Paulo ou Recife.

As instituições escolares tiveram um papel crucial, não só em formar leitores, intelectuais, homens e mulheres que, finalmente, captassem o espírito desta modernidade para vivenciar o novo urbano, como em proferir o discurso médico-higienista que estava em voga para além dos institucionalizados. E ele foi repetido exaustivamente.

Quando aqui me propus a trabalhar sobre esse cenário, sabia que era uma construção muito bem articulada, um discurso que havia se legitimado mundo afora e que chega à Campina Grande munido de credibilidade suficiente para ser impulsionado e ganhar novos adeptos e reprodutores. Embora fosse em sua estética uma cidade ainda com traços oitocentistas, a modificação de Campina Grande teria começado no âmbito comportamental, refletindo-se então em medidas de transformação do ambiente urbano (como a mudança da feira, que saiu da Maciel Pinheiro e foi para as imediações do Centro), até que culminasse na reforma acima mencionada.

Dito isto, é relevante perceber a forma que figuras como Mauro Luna e Alfredo Dantas contribuíram direta e indiretamente com a promoção dessas mudanças. Com uma fórmula progressista, e justificando a finalidade do processo educativo com vistas ao futuro, eles, como outros pedagogos da cidade, foram responsáveis pela formação de gerações de adultos alfabetizados, mas, sobretudo, de agentes sociais que carregavam marcas de terem sido parte da instituição cuja figura proeminente ditava uma cultura particular.

De fato, a herança dos indivíduos que foram compondo ao longo dos anos o corpo discente desses lugares é o aprendizado que perpassava o sentido de apenas serem alfabetizados, alcançava os aspectos mais ínfimos, a disciplina, o asseio individual, o entendimento da necessidade de uma educação moral. É neste ponto que as escolas tiveram o seu papel de legitimar e fundamentar os princípios de uma nova sociedade, estabelecer cartografias que extrapolavam os seus muros, mais uma vez visualizando o futuro, sendo pedagogas não só dos seus, mas de uma cidade.

REFERÊNCIAS

A. A.. Educação Domestica. **Revista Evolução**. Campina Grande: Tipografia Brasil Novo. Ano 1, número 5, p. 26. Jan. 1932. Mensal.

ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS (APL). **Cadeira Nº 18 - (Fundador) Mauro Luna**. João Pessoa - PB: APL, S/A. Disponível em: <<https://novo.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-11-a-20/181-n-18-fundador-mauro-luna>>. Acesso em: 28/07/2022.

ALMANACH do Estado da Parahyba. Ano 15, fase 7. Imprensa Official, João Pessoa. 1932.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Epgraf – Campina Grande. 1993.

A NOSSA Revista. **Revista Evolução**. Campina Grande: Tipografia Brasil Novo. Ano 1, número 1, p. 9. Set. 1931. Mensal.

ANUÁRIO de Campina Grande. Ano 1, v.1. Gráfica Jornal do Commercio, Recife – PE, 1925.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925). In: AGRA DO Ó, Alarcon, *et al.* **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. 2ª edição. Ideia, João Pessoa. 2005.

BURITI, Iranilson. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson; SOUZA, Antonio Clarindo. **Cultura e cidades**. EDUFPG, Campina Grande – PB. 2009.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada**: Campina Grande em Imagens e História. EDUFPG, Campina Grande – PB. 2009.

CARTOGRAFIA. In: **Aurélio Digital** (Aplicativo). Curitiba: Positivo Soluções Didáticas LTDA, 2022. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.editorapositivo.aurelio&hl=pt_BR&gl=US>. Acesso em: 09/09/2022.

CATÃO, Porfírio. Um problema nacional. **Evolução-Jornal**, órgão noticioso e independente. Campina Grande. Ano 1, n. 2. 15/07/1934, p. 1.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2009.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução George Schlesinger. 1ª edição. Editora Unesp, São Paulo. 2014.

COSTA, Hadassa Araújo. “Mandae, por Deus mandae vossos filhos à escola!”: periodismos e pedagogias do papel impresso na urbanidade campinense (1888-1923). In: **Anais Digitais do XVIII Encontro Estadual de História**. Associação Nacional de História (ANPUH) Seção Paraíba. 2018, pp. 669-678. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_18eeh_anpuhpb/Anais_XVIII_EEH_ANPUHPB.pdf>. Acessado em: 11/09/2022.

DESCREDITO por falta de Estatística. **Revista Evolução**. Campina Grande: Antiga Oficina d'O Correio de Campina. Ano 1, número 6. Fev. 1932. Mensal.

Evolução-Jornal. Ano 1, número 1, Campina Grande, PB. 17/06/1934.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo. 1999.

_____. **O que é um autor?**. Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Passagens, Lisboa. 1992.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42ª edição. Editora Vozes, Petrópolis – RJ. 2014.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Da Academia ao Bar: Círculos Intelectuais, Cultura Impressa e repercussões do Modernismo em Campina Grande - PB (1913-1953)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, PB. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/2518>>. Acesso em: 28/07/2022.

GOMES, Mário. A escola e o lar. **O Século**, Jornal de Livre Opinião. Campina Grande. Empresa Graphica d'O Seculo, Ano 1, n. 6, p. 3. 25/08/1928.

INSTITUTO PEDAGÓGICO. **Revista Evolução**. Campina Grande: Tipografia Brasil Novo. Ano 1, número 1, p. 7. Set. 1931. Mensal.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Editora Autores Associados, nº 1, p. 9 – 43, Jan./Jun. Campinas – SP. 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e Cidade**. Editora UNESP, São Paulo. 2006.

M.C.C. A cooperação dos paes e professores na formação dos caracteres infantis. **Revista Evolução**. Campina Grande. Tipografia Brasil Novo. Ano 1, número 1, p. 18. Set. 1931. Mensal.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Cidades, sociabilidades e educabilidades (Príncipe, Rio Grande do Norte – século XIX)**. 2011. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, RN.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. Companhia das Letras, São Paulo. 2001.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos A. M. (Orgs.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rocco, Rio de Janeiro. 1994.

O ANALFABETISMO e ensino primario. **Revista Evolução**. Campina Grande: Antiga Oficina d'O Correio de Campina. Ano 1, números 8 e 9. Abril e Maio, 1932. Mensal.

O CLARÃO, órgão do Instituto Olavo Bilac. Ano 1, v. 1. Campina Grande – PB. 1922.

O CLARÃO, órgão do Instituto Olavo Bilac. Ano 2, v. 2. Campina Grande – PB. 1923.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-21072008-142851/fr.php>> . Acesso em: 26/07/2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3ª ed., Autêntica Editora. Belo Horizonte. 2012.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos**. Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria Geral de Cultura. 1979.

SILVA FILHO, Lino Gomes. **Síntese Histórica de Campina Grande, 1670-1963**. Editora Grafset, João Pessoa. 2005.

SILVA, Noemi Carlos da. Conselho Higiênico. **Revista Evolução**. Campina Grande: Tipografia Brasil Novo. Ano 1, número 2, p. 19. Out. 1931. Mensal

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2011.

SOTO, Helio Santana Garcia. **Uma cartografia da escolarização infantil em Campina Grande: Entre novos discursos, velhas práticas e a emergência do pensamento moderno (1920-1932)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2016. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/15085>>. Acesso em: 12/05/2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados - MS, v. 6, n. 11, jun. 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>. Acesso em: 10 set. 2022.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na trama da cidade**: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. 1994. Tese de Doutorado (História). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas – SP, 1994.

AGRADECIMENTOS

“(…) Não há dúvida de que nossos antepassados consideraram a Amizade algo que nos eleva quase acima da humanidade. Esse amor, que é livre do instinto e do dever, exceto daquele que o amor livremente assumiu, e quase livre por inteiro do ciúme, sem necessidade de ser necessário, é eminentemente espiritual.”

C. S. Lewis em “Amizade”, *Os Quatro Amores*.

Toda trajetória, sendo curta ou duradoura, é uma experiência dolorosa se feita em solidão. Aqueles que nos acompanham desde o início, ou os que nos encontram pelo caminho e seguem ao nosso lado, confortam os passos, tornam o tempo melhor aproveitado, amenizam a intensidade dos conflitos.

Nesse momento de fechamento de ciclo, quero expressar a minha gratidão aos que, ao longo desse período de *um ano e meio* se fizeram presentes em minha trajetória.

À Deus, a fonte de toda a minha sabedoria.

Aos meus pais, meus melhores incentivadores, amigos e companheiros.

À Thiago Raposo, meu orientador, antigo conhecido que foi uma grata surpresa, agradeço a honra de ter compartilhado a construção dessas páginas, sendo pontual em suas correções e sugestões sempre certeiras, compreendendo minhas limitações e me impulsionando ao longo da jornada.

Aos professores da Especialização, responsáveis por somarem conhecimentos que me fizeram crescer como historiadora e pesquisadora, além de me desafiarem a produzir além do que sabia ser capaz.

À minha banca, composta por duas mulheres inspiradoras e companheiras de jornada que se dispuseram mais uma vez a lerem e contribuir sobre uma produção de minha autoria, Thuca Kércia e Vivian Andrade.

Ao NUPEHL por oferecer a nós, historiadores, a oportunidade de termos uma pós-graduação *Lato Sensu* com tamanha qualidade e infraestrutura.

À UEPB que, diante de momentos tão difíceis para a educação pública brasileira, é formada por profissionais que viabilizam a existência de programas como o NUPEHL e primam pela formação de pessoas qualificadas para exercer papéis relevantes na sociedade. Também à Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, que pertence à instituição e mantém um acervo de valor imensurável para a história e a cultura local, como pela permissão do uso do material de seu acervo para a construção deste trabalho.

Aos colegas de curso, que mediante discussões, leituras, participações, e compartilhamento de produções (especialmente Mônica Marinho), também somaram ao meu aprendizado e crescimento pessoal.

Aos meus familiares e amigos, que permaneceram como incentivadores e, nos momentos mais desafiadores, trouxeram ânimo e alegria mais uma vez ao meu espírito.

Que essas poucas palavras, que não exprimem em essência a intensidade do que deve ser dito, ecoem de forma sincera.

Viva a universidade pública brasileira!